



Sumário



Informativo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - 2000

Heinz toma posse e defende aprovação do TC como "atestado de idoneidade"



O empossado, Heinz Herwig ao lado do ex-governador José Richa, do auditor Roberto Macedo Guimarães e dos conselheiros Artágio de Mattos Leão e Rafael Iatauro.

Mais de 400 pessoas prestigiaram a posse do novo conselheiro do TC, Heinz Georg Herwig. No discurso de posse Herwig disse que estava encerrando uma fase da sua vida política. "Continuo a participar da vida pública do Estado, agora na condição de fiscalizador do correto emprego dos recursos públicos". Ele foi saudado pelo presidente do TC, Quielse Crisóstomo da Silva e pelo vice-presidente, Henrique Naigeboren em nome de todos os conselheiros. O ex-governador José Richa participou da solenidade no último dia 6 de novembro. **Pág. 3**



O novo conselheiro Heinz Herwig após assinar o termo de posse no TC.



O conselheiro Rafael Iatauro, eleito presidente para 2001.

Iatauro é eleito presidente

O conselheiro Rafael Iatauro foi eleito por unanimidade, presidente do TC do Paraná para o próximo ano. Na eleição que aconteceu no dia 14 de dezembro, o vice-presidente Henrique Naigeboren e o corregedor geral, Nestor Baptista, foram reconduzidos aos cargos.

A sessão de posse está marcada para o próximo dia 11 de janeiro, às 15h, no plenário do Tribunal. **Pág. 6**

TC leva orientação a todos os municípios do Paraná

Ao todo foram 27 eventos, dos quais participaram 6.146 servidores. O Seminário sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal foi um dos mais concorridos da história do Tribunal, registrando 3.928 participações. Os cursos e seminários, organizados pela Diretoria de Recursos Humanos, receberam cerca de 1.500 pessoas. O balanço dos trabalhos do ano da coordenadoria geral, da diretoria geral, da diretoria de recursos humanos e da corregedoria geral do TC estão nas páginas 4 e 5.

Associação homenageia Quielse



O conselheiro Rafael Iatauro e o corregedor geral, Nestor Baptista, ao lado do vice-presidente Henrique Naigeboren e do presidente Quielse Crisóstomo da Silva, que desceram a placa em homenagem à presidência do TC.

A Associação Beneficente Recreativa do Tribunal de Contas do Paraná prestou homenagem aos conselheiros dirigentes do TC em 2000, durante jantar na sede da Associação. O presidente Quielse Crisóstomo da Silva e o vice-presidente, Henrique Naigeboren desceram uma placa em homenagem e agradecimento ao incentivo dado à ABRTC nos dois últimos anos, pela presidência do Tribunal. O corregedor geral, Nestor Baptista, o diretor geral, Edgar Chiuratto Guimarães e o coordenador geral, Duílio Luiz Bento, também receberam, cada um, do presidente da ABRTC, Cláudio Lazzarini, uma placa de prata em agradecimento ao apoio e incentivo dispensados à Associação em 1999 e 2000.

Modelo:

O TC do Tocantins busca no Paraná um modelo para o programa de reestruturação daquele Tribunal. Uma comissão de auditores veio a Curitiba conhecer vários setores do TC do Paraná para uma adaptação de sistematizações paranaense à realidade local. **Pág. 3**

Auditoria:

O Tribunal de Contas garante que dentro de poucas semanas estará concluída a sindicância na área contábil da Prefeitura de Maringá, a partir de solicitação feita pelo Ministério Público. Segundo o presidente do TC, conselheiro Quielse Crisóstomo da Silva, o volume de dinheiro desviado pode chegar a 40 milhões de reais. **Pág. 2**

EXPEDIENTE

TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO PARANÁ

CORPO DELIBERATIVO

CONSELHEIROS

QUIELSE CRISÓSTOMO DA
SILVA
PresidenteHENRIQUE NAIGEBORN
Vice-presidenteNESTOR BAPTISTA
Corregedor GeralRAFAEL IATAURO
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
HEINZ GEORG HERWIG

CORPO ESPECIAL

AUDITORES
ROBERTO MACEDO GUIMARÃES
MARINS ALVES DE CAMARGO NETO
JAIME LECHINSKI
CAIO MÁRCIO NOGUEIRA SOARESPROCURADOR DO ESTADO JUNTO
AO TC
LUIZ CARLOS CALDASPROCURADORES
GABRIEL GUY LÉGER
FERNANDO AUGUSTO MELLO
GUIMARÃES
ZENIR FURTADO KRACHINSKI
CELIA ROSANA MORO KANSOU
LAERZIO CHIEROSIN JUNIOR
ELIZELI DE MORAES CORRÊA
ELIZA ANA ZENEDEK RONDO LANGNER
VALERIA BORBA
ANGELA CASSIA COSTALDELLO
KÁTIA REGINA PUCHASKIDIRETORIA GERAL
EDGAR ANTONIO CHIRATTO
GUIMARÃESCOORDENADORIA GERAL
DUILIO LUZBENTOEDITOR RESPONSÁVEL
NILSON POHL (DRT 1.022)REDAÇÃO
LUCIANA NOGUEIRA (DRT 2927)PESQUISA
MÁRIA ISABEL ATHAYDE FONTANA
CELSON XAVÁFOTOGRAFIA
JULIO CÉSAR DE SOUZAJURISPRUDÊNCIA
GIL RUFFELSUMÁRIO é uma publicação da
Coordenadoria de Comunicação Social
e Coordenadoria de Emenda e
Jurisprudência do Tribunal de Contas do
Estado do Paraná.

Tiragem: 2 mil exemplares.

Impressão: Gráfica Sbello.

Endereço para correspondência:

Redação Jornal "Sumário" - Praça Nossa
Senhora da Saúde s/n - Centro Cívico
Telefone/fax: 41-350-1655
CEP 80630-910 - Curitiba - PR
E-mail: sumario@pr.gov.brAUDITORIA DO TC IRÁ ALÉM
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Dentro de poucas semanas estará concluída a sindicância que o Tribunal de Contas realiza na área contábil da Prefeitura de Maringá, a partir de solicitação feita pelo Ministério Público. A informação foi prestada pelo presidente do TC, conselheiro Quielse Crisóstomo da Silva, que antecipou: o volume de recursos desviados é maior do que o apurado pelo Ministério Público, podendo chegar a 40 milhões de reais.

Sem antecipar detalhes, vez que o trabalho ainda está incompleto, o conselheiro afirma que a comissão apura indícios de que havia outras

formas de desvio de recursos na Secretaria das Finanças. Além do depósito direto de cheques do município na conta do ex-secretário Luis Antônio Paolicchi, os auditores estão levantando outros procedimentos ilícitos. Também estão sendo verificados contratos firmados com empresas locais que foram prorrogados com indício de que parte dos recursos foi desviado com finalidade eleitoral.

A comissão, que é chefiada pelo procurador do TC, Laerzio Chierosin Junior, trabalha há cinco semanas na esfera contábil da Prefeitura, numa

ação "cuidadosa, que envolve um a um os lançamentos efetuados em todas as contas correntes do município".

LRF

Por outro lado, o presidente do TC informou que desde primeiro de dezembro nenhum município pode receber a certidão negativa - documento de apresentação obrigatória na habilitação a novos recursos públicos - se não estiver em dia com a Lei de Responsabilidade Fiscal. A nova legislação foi inclusive tema de seminário que o Tribunal realizou em vários municípios do Paraná.

TC empossa dois novos auditores



Os novos auditores Caio Soares e Jaime Lechinski, com o conselheiro Rafael Iatauro

O Tribunal de Contas empossou no último dia 7 de dezembro dois novos auditores: Jaime Tadeu Lechinski e Caio Soares. A posse se dá nas vagas existentes com a aposentadoria, no ano passado, de cinco dos sete integrantes do corpo de Auditoria do TC. Os novos integrantes do órgão começaram a desempenhar suas atribuições na sexta-feira, dia 8.

Na ausência do conselheiro quem assume o posto é o auditor que tem naquele momento as mesmas atribuições do titular do cargo. Os empossados juntam-se aos auditores Marins Alves de Camargo e Roberto Macedo Guimarães. As atribuições dos conselheiros ou dos auditores, no caso de substituição daqueles são constitucionalmente:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta ou indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, em caso de legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores

que não alterem o fundamento legal do ato concessório;
IV - realizar, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e demais entidades referidas no inciso II;

V - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado e Municípios mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres;

VI - homologar os cálculos das quotas do ICMS devidas aos Municípios, dando ciência à Assembleia Legislativa;

VII - prestar as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa, por qualquer das respectivas comissões, sobre a fiscalização contábil e financeira, orçamentária e inspeções realizadas;

VIII - aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário;

IX - assinar prazo de até trinta dias, prorrogável por idêntico período, para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada a ilegalidade;

X - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa.

TC desaprova contas
de Chopinzinho

O Tribunal de Contas desaprovou as contas do município de Chopinzinho, relativas ao ano de 1996. Com base num relatório do conselheiro Nestor Baptista, o plenário considerou irregulares as despesas realizadas pelo prefeito Vanderlei Crestani em vários setores da administração do município.

Gastos com manutenção de serviços no gabinete, como consórcio de óculos, internação hospitalar, exames radiológicos e compra de lente de contato foram glosadas pelo TC. Outras, como refeições, seguro de vida, viagens, aluguel de casas para juiz e promotor e orientação psicológica também não foram aceitas.

Da mesma forma, o relator considerou irregulares despesas de viagens e refeições, transporte de vestibulandos, pagamento de cursos, compra de flores e até perfuração e detonação de rochas. Essas despesas chegaram a 26% dos gastos efetivados no exercício, a título de "outras despesas e encargos".

O parecer prévio do Tribunal será agora submetido à Câmara Municipal, a quem cabe julgar as contas municipais.

Heinz assume cadeira de conselheiro no TC



Heinz Herwig discursa, depois de ser empossado conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná.



Autoridades, familiares, amigos e funcionários do TC lotaram o plenário na posse do novo conselheiro.

a vice-governadora Emília Belinatti e o ex-governador José Richa, homenageado no discurso como responsável pelo ingresso de Heinz na vida pública quando prefeito de Londrina.

O ex-secretário estadual dos Transportes foi nomeado pelo decreto estadual 2911, publicado no Diário Oficial do dia 30 de outubro. Ex-deputado estadual, ex-diretor do Departamento de Estradas de Rodagem e até então ocupando a Secretaria dos Transportes, Herwig assumiu a cadeira que pertencia ao conselheiro João Cândido Ferreira da Cunha Pereira.

O ex-secretário estadual dos Transportes, Heinz Georg Herwig assumiu no dia 6 de novembro a cadeira de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, em solenidade que reuniu mais de 400 pessoas. No discurso de posse Herwig disse que naquele momento encerrava uma fase em sua vida política, mas continuava a participar da vida pública do Estado agora na condição de fiscalizador do correto emprego dos recursos públicos.

O novo conselheiro destacou a importância da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece novas regras para a administração pública

e o fato do Tribunal de Contas ser modelo para o país. "A democracia ideal e os padrões éticos da administração pública só atingirão seu lugar mais alto quando a aprovação das contas pelo TC for entendida como atestado de idoneidade do administrador", reforçou.

No discurso de saudação ao novo conselheiro o presidente do Tribunal, Quilise Crisóstomo da Silva, lembrou a longa trajetória de Heinz como homem público. "Na história política do Paraná desconheço alguém que tenha permanecido como secretário de Estado ao longo de quatro governos", destacou.

PRESENÇA

A posse contou com a presença de parlamentares, secretários estaduais e diversas autoridades, incluindo



O Presidente do TC, Quilise Crisóstomo da Silva com o conselheiro empossado.

Quem é Heinz Georg Herwig

Naturalidade: Blumenau - SC
Data de Nascimento: 14/05/1942
Profissão: Engenheiro Civil
Etnia Civil: Catão
Formação: Escola de Engenharia da Universidade Federal do Paraná (1961 à 1965)

Vida Pública:
 • Secretário de Planejamento da Prefeitura Municipal de Londrina - 1974; Diretor Presidente dos Serviços de Pavimentação de Londrina - 1975 à 1976;

• Secretário de Urbanismo, Obras e Viação da Prefeitura de Londrina - 1976;
 • Diretor Técnico da Empresa Construmut Pavimentação e Saneamento Ltda - 1978 à 1983;
 • Diretor de Construção do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - 1983 à 1984;
 • Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - 1984 à 1985;
 • Secretário de Estado dos Transportes do Paraná - 1985 à 1990;
 • Deputado Estadual - 1990 à 1994
 • Segundo Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do

Paraná - 1992 à 1993;
 • Secretário de Estado dos Transportes - junho de 1997 à setembro de 2000;
 • Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Estado dos Transportes - 22 de fevereiro de 1999 à 30 de agosto de 2000;
 • Eleito pela Assembleia Legislativa, através do Decreto nº 600, do dia 26 de abril de 2000, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas;
 • Nomeado para o Tribunal de Contas pelo decreto estadual 2911, publicado no Diário Oficial de 30/10/00.

Paraná vai orientar reestruturação do TC de Tocantins

Ações e projetos implantados no Tribunal de Contas do Paraná servirão de modelo para o programa de reestruturação do TC do Estado de Tocantins. A informação foi prestada por uma comissão de auditores daquele Estado, integrada por Vilmar Custódio Biângulo, Adauton Linhares da Silva e Fernando Cesar Malafare, que visitou o órgão paranaense no início de dezembro.

Tocantins tem 12 anos de criação e o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos recursos públicos no Estado sentiu necessidade de se modernizar. Segundo os auditores, o TC foi criado de forma rápida e, no início de suas atividades, não havia conhecimento adequado por parte de seus funcionários, uma realidade que vem mudando com a realização de

concursos públicos que geraram profissionais de alto nível que hoje buscam adequar a atuação do órgão à realidade.

ORIENTAÇÃO

Num trabalho de pesquisa foram eleitos os TCs do Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia para orientar o projeto de modernização. A visita foi feita a diversos setores do TC para ver como adaptar a sistemática paranaense à realidade local. Diversas atividades do órgão paranaense serão analisadas para implantação, como o programa de qualidade total, o setor de auditorias de recursos internacionais e a metodologia adotada para fiscalização das contas estaduais e municipais.

Orientação do TC chegou a todos os municípios do PR



O diretor de DRH, Guilherme Braga, o coordenador geral, Dullio Luiz Bento, o diretor geral, Edgar Guimarães e o procurador, Fernando Augusto Meilo Guimarães ao lado do presidente Guilherme Cristofano, na abertura de evento que levou as primeiras orientações sobre a LRF, aos funcionários do TC.

Os cursos, em conjunto com a Fundação Escola de Administração Pública Municipal, com um curso sobre Recursos Humanos na Administração Pública. Cerca de 150 participantes (de 49 municípios ouviram esclarecimentos e orientações sobre Pensões, Aposentadoria, Contratação por Tempo Determinado, e os dispositivos das Emendas Constitucionais n.ºs. 19 e 20).

No seminário sobre Câmaras Municipais, que discutiu principalmente a atividade fiscalizadora do TC, os vereadores foram convidados a ser parceiros do Tribunal na fiscalização dos recursos públicos. Participaram 1.061 pessoas, de 240 municípios do Estado. Mais de mil pessoas também participaram dos Simpósios sobre Prestações de Contas de Convênios e Auxílios. 308 municípios participaram dos eventos.



Os seminaristas sobre LRF tiram as dúvidas das palestras, como em Antonina, onde comparem os trabalhos.

O Seminário sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal foi um dos eventos mais concorridos da história do Tribunal de Contas do Paraná. Realizado nos meses de outubro, novembro e dezembro, o seminário atingiu 399 municípios, sendo como sedes Antonina, Wenceslau Braz, Pato Branco, Itaí, Umuarama, Paranavaí, Londrina e Foz do Iguaçu. Com o último seminário em Foz, dia 8 de dezembro, foram registradas 3.928 participações.

"Neste ano o TC proporcionou um formidável exercício de participação no aperfeiçoamento da administração pública", afirmou o coordenador geral do TC, Dullio Luiz Bento. Ao todo foram 27 eventos, dos quais participaram 6.346 servidores, tendo atingido todos os 399 municípios do Paraná.

A Coordenadoria Geral do Tribunal de Contas começou sua programação anual de

DRH PREPARA CALENDÁRIO DE CURSOS PARA 2001



O calendário de cursos, palestras e seminários, direcionados ao aperfeiçoamento e treinamento dos funcionários do Tribunal de Contas, para o próximo ano já está sendo elaborado pela Diretoria de Recursos Humanos, com base em um levantamento feito nos últimos meses, dentro do TC.

Em 2000, a DRH realizou 81 eventos entre cursos, palestras e seminários. De acordo com o diretor Guilherme Braga, o aproveitamento foi excelente. "Ao final de cada evento, solicitamos a avaliação do funcionário e ela tem sido a melhor possível. Terminamos o ano com a certeza do dever cumprido."

Durante o ano todo a DRH teve 1445 participações de funcionários em cursos internos e externos. 1271 pessoas participaram dos eventos internos e foram 174 presenças em cursos externos. Os assuntos variaram entre administração pública,

auditoria, contabilidade, direito, língua portuguesa, qualidade e relações humanas. "Escolhemos os temas e palestrantes de acordo com as necessidades dos funcionários. Eles são relacionados através de uma enquete com o próprio funcionário que aponta o tipo de treinamento que considera necessário para o seu crescimento profissional dentro do TC", explica Braga.

ISO 9001

Uma importante conquista para o TC em 2000, e que teve a participação da Diretoria de Recursos Humanos, foi a Certificação ISO 9001, recomendada a CAOCI pela BVQI - Bureau Veritas Quality International. A DRH teve importante papel na conquista do certificado que colocou o Tribunal de Contas do Paraná à frente dos demais, com relação às auditorias em recursos internacionais.

Corregedoria tem mais de 2000 denúncias em andamento

De janeiro a setembro deste ano, a Corregedoria do Tribunal de Contas tem registradas 2045 denúncias em andamento no setor. No primeiro trimestre do ano, foram 361. O segundo trimestre registrou 646 e no terceiro trimestre foram 1038. Os números do quarto e último trimestre do ano ainda não foram encerrados, mas se acompanharem a tendência, as denúncias em andamento na Corregedoria poderão passar de 3 mil, no ano.

As denúncias anônimas encaminhadas ao setor chegaram a 100 nos primeiros três trimestres. Destas 20 foram acatadas. As demais foram consideradas improcedentes ou feitas de maneira incorreta à Corregedoria e portanto desconsideradas. "Muitas pessoas fazem denúncias anônimas sem consistência, sem informações para que possamos investigar. E a grande maioria das denúncias anônimas é feita por telefone o que não é permitido", explica a diretora da Corregedoria, Eliane Diastéfano. "As pessoas precisam aprender a usar a denúncia anônima que é um grande benefício, principalmente a favor do funcionário

público, que muitas vezes vê irregularidades onde trabalha, mas se mantém calado com medo de represálias". A denúncia anônima é uma inovação do TC do Paraná que desde 1998 vem considerando este tipo de procedimento como legal e importante na fiscalização do uso do dinheiro público.

ATENDIMENTO

Os funcionários da Corregedoria realizaram 2249 atendimentos ao público de janeiro a setembro de 2000.

Foram 792 atendimentos ao público interno e 1457, ao público externo. "A busca por informações sobre processos e denúncias é intensa no nosso setor. As consultas são feitas por telefone ou pessoalmente. De abril a setembro a maioria das consultas foi feita pessoalmente", acrescenta a diretora da Corregedoria. Segundo ela, os números se devem à proximidade das eleições, que aconteceram em outubro. "O número de denúncias ao setor cresceu muito devido ao ano eleitoral", destaca o Corregedor Geral, conselheiro Nestor Baptista.

Corregedoria Geral do TC - Janeiro a Setembro/ 2000

	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	Total
Denúncias em andamento	361	646	1038	2045
- denúncias anônimas	42	33	25	100
Atendimentos	280	753	1216	2249
- internos	88	259	445	792
- externos	192	494	771	1457

DG prevê trabalho intenso para 2001

A adequação de municípios e órgãos fiscalizadores à Lei de Responsabilidade Fiscal promete intensificar o trabalho desenvolvido pela Diretoria Geral do Tribunal de Contas do Paraná. Como as prestações de contas dos municípios com menos de 50 mil habitantes deverá ocorrer a cada quatro meses e as das cidades maiores, uma vez a cada seis meses, o volume de processos nas sessões plenárias também deve aumentar, e consequentemente o número de pautas, resoluções e acordãos. No ano 2000 a Diretoria Geral do TC elaborou cerca de 12.800 resoluções e 2.330 acordãos. Foram expedidos 3.238 ofícios, 336 certidões e 1.752 certidões negativas. Durante o ano a diretoria, responsável pelas sessões plenárias, produziu 91 pautas onde foram julgados 499 processos entre Prestações de Contas Estaduais e Economias Mistas, Prestações de Contas Municipais e Recursos de Revista.

REALIZAÇÃO

"Tivemos um trabalho intenso neste ano. Atendemos a demanda interna do TC e ao público externo, principalmente prefeituras, câmaras e entidades assistenciais que recebem recursos públicos", lembrou o diretor geral, Edgar Chiuratto Guimarães. "Foi um desafio gratificante desempenhar a função de Diretor Geral do Tribunal de Contas do Paraná que é referência para o resto do país. Foi um desafio maior e ainda mais compensador, colaborar para que a Casa recebesse o certificado de qualidade ISO 9001, o primeiro do Brasil". O diretor geral do TC foi o presidente do Comitê de Qualidade, responsável pelo processo de implantação da Política da

Qualidade e da Certificação ISO, recomendada ao Tribunal pela BVQI - Bureau Veritas Quality International.

A informatização de todos os procedimentos internos também foi uma grande aliada da DG na modernização e agilização dos trabalhos.

"Estamos em rede com todas as demais diretorias e coordenadorias do Tribunal o que tem dado celebridade aos trâmites. Já iniciamos o processo de adequação aos novos prazos que o Tribunal terá, a partir do próximo ano, para análise e julgamento das prestações de contas do Estado e municípios", destacou Guimarães.



O presidente do Comitê de Qualidade e diretor geral do TC, Edgar Chiuratto Guimarães (2º à esquerda), junto com integrantes do comitê e presidente do TC, receberam o certificado ISO 9001

TC regulamenta lei que torna mais rigorosa a gestão dos municípios

Os prefeitos que assumem em 1º de janeiro serão obrigados a apresentar ao Tribunal de Contas, no decorrer do primeiro mês do ano, a prestação de contas do município, através de um relatório de gestão fiscal relativo ao período compreendido entre os meses de setembro e dezembro de 2000. A determinação faz parte de mais um conjunto de medidas aprovadas pelo plenário do TC como forma de se adaptar ao texto da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O presidente conselheiro Quielso Crisóstomo da Silva informou também que já estão vigorando as novas normas para a expedição de certidões negativas, documentos que habilitam os municípios a receber novos recursos públicos estaduais e federais.

Até agora para se liberar uma certidão - que tem validade de 30 ou 90 dias - bastava apenas provar que o município estava em dia com a apresentação de sua prestação de contas, o que ocorre atualmente num prazo que se estende até 31 de março de cada exercício. Não se questionava a aprovação ou não.

PROVIMENTOS

Três novos provimentos foram aprovados pelo TC, fruto de trabalho realizado por uma comissão presidida pelo procurador Fernando Augusto Mello Guimarães, que está adequando as ações do Tribunal à lei complementar 101/2000. O primeiro estabelece as regras para a apresentação de mini-prestações de contas pelos municípios, a partir de janeiro.

Durante aqueles meses, todos os municípios terão de apresentar relatório de gestão fiscal detalhado correspondente aos quatro meses anteriores. A regra vale para os municípios com mais de 50 mil habitantes. Os demais passam a apresentar dois relatórios, um a cada semestre. Além disso, todos os municípios passam a apresentar, obrigatoriamente, relatórios bimestrais resumidos sobre as contas municipais.

ALERTA

O segundo provimento cria a figura do "alerta". Estabelece que o TC emitirá um alerta ao município quando as contas estiverem próximas dos limites

previstos no parágrafo 1º do artigo 59 da LRF - montante de despesas com pessoal ultrapassando 90% do limite previsto; que os montantes das dívidas consolidadas e mobiliária das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% dos respectivos limites; gastos com inativos ou pensionistas acima do limite definido em lei ou fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária - ou quando for apurada alguma irregularidade que possa comprometer as metas fiscais. Finalmente, o outro provimento promove adaptações nas normas adotadas para comprovação de recursos, deixando mais ágil o controle das prestações de contas de convênios e subvenções.

SEMINÁRIOS

Com mais de 500 participantes inscritos, representando os 51 municípios da região Oeste, o Tribunal de Contas do Paraná concluiu, em Foz do Iguaçu, o ciclo de seminários sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Prefeitos, vereadores e funcionários municipais discutiram, no auditório do Hotel Internacional, durante todo o dia, a legislação que passou a regulamentar as ações dos responsáveis pela aplicação de recursos públicos.

No evento de Foz, foram palestrantes o procurador Fernando Augusto Mello Guimarães, que preside comissão do TC que promove a adaptação da LRF e os técnicos Eduardo Suprinyak Filho e Sidnei di Bacco. Além de apresentar em detalhes a nova legislação, que agora regula o desempenho dos administradores públicos, o seminário debateu os mecanismos de controle e apresentou os modelos de relatórios que passaram a vigorar com a nova lei. Através de 14 tipos de documentos - entre eles, balanços financeiros mensais, demonstrativos de impostos instituídos no exercício e contratos de terceirização de mão-de-obra - os prefeitos terão que provar que estão respeitando os limites previstos pela LRF.

O encontro analisou em detalhes a LRF, partindo de

seus princípios, aplicabilidade, controle, programação, receita pública e planos, programas e orçamentos. Mecanismos de controle foi o tema da segunda palestra que abordou despesa pública, despesa com pessoal, dívida pública, gestão patrimonial e os reflexos no Legislativo. Na palestra de encerramento, as prefeituras conheceram os modelos de relatórios para transferências voluntárias, gestão fiscal e dispositivos de alerta e notificação.

Com a nova lei os prefeitos terão que provar, a cada quatro meses, que estão respeitando os limites constitucionais de investir 25% dos recursos em educação, que os gastos com pessoal não ultrapassem 60% da arrecadação, e que estão aplicando em saúde o percentual estabelecido pela Lei Orgânica do Município.

Os prefeitos, ex-prefeitos, vereadores e funcionários municipais de 68 municípios do Vale do Ivaí, Médio Paranapanema e Norte do Paraná, participaram, em Londrina, na Sociedade Rural do Paraná (Recinto José Garcia Molina), do seminário sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal promovido pelo Tribunal de Contas. Em Paranavaí mais de 650 pessoas dos municípios do Noroeste prestigiaram o evento, nas dependências da Sociedade Paranavaense de Desporto e Cultura.

As microrregiões de Campo Mourão e Entre Rios participaram do seminário do Tribunal de Contas sobre a LRF, em Umuarama, no auditório do Centro Cultural Schubert. Em Itaiti quatro microrregiões - Amocentro, Ancespar, Cantuquiriguaçu e Amcopar - participaram do encontro do TC no Cinema Vimarck. No Centro de Convenções de Pato Branco, prefeitos e prefeitos eleitos de 42 municípios da região Sudoeste ouviram as orientações dos técnicos do TC.

Iatauro é eleito presidente para 2001



O presidente *Guilherme Crisóstomo da Silva* cumprimenta o presidente eleito para o próximo ano, *conselheiro Rafael Iatauro*.

O conselheiro Rafael Iatauro foi eleito dia 14 de dezembro, por unanimidade, para a presidência do Tribunal de Contas do Paraná. Também com os votos dos seis conselheiros foram reeleitos Henrique Naigeboren, para a vice-presidência e Nestor Baptista, para a Corregedoria Geral. A posse será no dia 11 de janeiro, às 15h, no plenário do TC.

Tornar mais ágil o processo de julgamento das contas municipais, promover uma integração com o Ministério Público, ampliar as ações da Corregedoria Geral, continuar a promover seminários de orientação e investir em informática e no aperfeiçoamento dos quadros do TC. São estas, a princípio, as metas do novo presidente, que pretende aproveitar as próximas semanas para detalhar seu programa de trabalho.

Com quase 35 anos de Tribunal, Iatauro é formado em Direito, Ciências Econômicas e Administração de Empresas, além de pós-graduado nos

Estados Unidos, em Administração Pública. Também jornalista profissional, iniciou sua carreira profissional como comentarista esportivo. Foi nomeado para o TC pelo ex-governador Paulo Pimentel, inicialmente como auditor, em 13 de agosto de 1966. Quatro meses depois foi nomeado conselheiro, na época ministro.

METAS

Uma das principais metas de Iatauro será ampliar a Diretoria de Contas Municipais do TC, unidade que promove a análise das prestações de contas dos municípios e que será adequada para atender às novas sistemáticas da Lei de Responsabilidade Fiscal. O novo presidente quer que o julgamento das contas de um ano esteja encerrado no final do ano seguinte. Hoje, este prazo pode chegar a até 3 anos, face aos prazos de recursos e outros trâmites burocráticos.

Aprofundar as relações com o Ministério Público também será prioridade, com uma proposta de se estabelecer uma linha de trabalho conjunto, com o Tribunal

analisando e deliberando sobre contas e o MP providenciando as sanções legais competentes. Outra proposta é fortalecer a Corregedoria Geral, onde hoje tramitam mais de 2 mil denúncias.

Ampliar a informatização dos processos, com investimentos em equipamentos de

informática; aperfeiçoamento do quadro de pessoal e inclusive a realização de concurso público para áreas de contabilidade e ampliação dos seminários e encontros promovidos no interior serão os demais objetivos do novo presidente do Tribunal.



O vice-presidente do TC, *Henrique Naigeboren* foi reeleito para 2001.



O conselheiro *Nestor Baptista*, *corregedor-geral* do TC também foi reeleito para o próximo exercício.

Livro aborda relação entre o Direito e o caso concreto

"O Direito e o Caso Concreto" é o título do livro que o advogado e funcionário do Tribunal de Contas, Cláudio Henrique de Castro lançou, em Curitiba. Na obra, o autor verifica a correlação existente entre a ciência do Direito e o caso concreto, a partir de uma análise histórica da antiga Roma, berço da ciência jurídica ocidental. No prefácio do livro, o professor Aloísio Surgik destaca que o autor "focalizou os casos concretos e seu relevante papel como poder criativo, discorrendo também sobre a sociedade em transformação e concentrando atenção nas direções metodológicas ao estudo e à prática do caso concreto".

Formado pela Universidade Federal do Paraná e com experiência na docência universitária na graduação da Faculdade de Direito, Cláudio recentemente obteve grau de mestre em Direito das Relações Sociais. Com diversos artigos publicados em jornais e revistas jurídicas, este é o seu primeiro livro.

CONCRETO

O autor explica que a publicação, que tem belas ilustrações do francês Ruggendas,

demonstra ainda o caso concreto dentro do Positivismo Jurídico, movimento teórico que influencia de sobremaneira o estudo do Direito, numa perspectiva teórica que parte da abstração das leis, isto é, dos fatos previstos nas leis, para num segundo momento ver-se os casos concretos.

E por isso, se constatou o afastamento do caso concreto dos operadores jurídicos, isto é, — aqueles que laboram diretamente com o Direito e seu isolamento e despreocupação com a realidade social e consequentemente com o caso concreto. E ainda, o afastamento do próprio discurso teórico do positivismo jurídico com a realidade, — e quanto a isto, as possíveis soluções na jurisprudência, entendida como o conjunto das decisões proferidas nos tribunais, explica.

"Finalmente se indagou sobre o caso concreto e suas possibilidades na ciência do Direito, com todo o caos que a sociedade está imersa e as necessidades de uma nova atitude dos operadores jurídicos na aplicação do Direito e na sua interpretação", complementa Cláudio Henrique de Castro.

Memória

MARIA AMÁLIA SAVI

AS MEMÓRIAS DE UMA DAS PRIMEIRAS FUNCIONÁRIAS DO TC

Maria Amália Savi entrou no Tribunal de Contas dois anos depois da criação do órgão. Meiga e com uma memória invejável, ela recorda com saudade e orgulho do tempo em que foi funcionária do TC do Paraná.

"Eu havia feito concurso para o Estado e pessei em 2º lugar. Isso foi em 1949. O Dr. Daniel e o Dr. Raul Vaz telefonaram para minha repartição dizendo que estavam precisando de funcionários porque tinham um mínimo de pessoal. Disseram que eu poderia começar no dia seguinte se tivesse interesse. Respondi afirmativamente e eles já providenciaram a proposta de nomeação. O palácio sede do TC era na Ermelino de Leão.

Em 1951 foi criado o primeiro quadro do Tribunal e eu já entrei com cargo efetivo. Eu praticamente trabalhei em todas as sessões. Naquela época a casa era composta por quatro juizes, um procurador e um secretário, que era o René Pereira Alves, que logo saiu. Então assumiu o Nelson Faria Lins de Albuquerque que exerceu temporariamente o cargo. O João Batista Brandão de Proença foi quem entrou depois. Ele também foi assistente técnico, sub-procurador e depois procurador. Nessa época eu trabalhei na secretaria. O Tribunal tinha apenas duas diretorias: a DRC e a Diretoria de Fiscalização e Execução de Orçamento. O prédio era super pequeno. Na parte de baixo tinha a secretaria, a sala de sessões onde a gente fazia o trabalho de pauta. Em cima tinha um procurador e um sub-procurador. O procurador era o Gaspar Velozo, que depois passou o cargo para o Ney Leprevost.

Com o tempo o quadro de funcionários foi aumentando e o TC foi fazendo uma reestruturação. Nessa época não tinha nem taquígrafo para fazer as anotações da sessão. Mais tarde eles criaram o cargo de taquígrafo. Se não me engano o Moacir Collita foi o primeiro.

Eu entrei trabalhando na secretaria porque o meu cargo era de datilógrafa então eu fazia a pauta, preparava a sessão que acontecia duas vezes por semana. Terminadas as sessões eu fazia as resoluções. Enfim acabava fazendo todo o serviço de datilografia que aparecia. Não lembro bem mas na época parece que só havia três funcionárias ou duas para esse trabalho porque o quadro era muito pequeno, não tenho bem lembrança mas acho que antes da 1ª reestruturação deveriam ter uns 50 funcionários.

O Tribunal tinha um carro e um motorista. Naquela época nem se cogitava a possibilidade de se construir uma sede no Centro Cívico. Não existia inspetoria, o trabalho era feito pelos funcionários da diretoria de fiscalização, cujo diretor era o Dr. Spindola. Os processos de adiamento eram analisados pela DRC que tinha como diretor o Glaucio Pereira. Naquela época o funcionário não tinha uma atribuição específica. A gente fazia resoluções, pauta, ata,



Maria Amália Savi

conhecia de tudo um pouco. Também trabalhei um pouco na fiscalização. Lá aprendi mais um tipo de serviço. Dava informações e verificava processos, ordens de pagamento, analisava erros em processos irregulares e submetia ao diretor que encaminhava para o secretário que submetia à apreciação dos procuradores que davam o seu parecer. Ainda no prédio antigo eu trabalhei na sessão de pessoal. Lá eu fiquei até quase me aposentar. Quando a gente mudou para o Centro Cívico, continuei nesta mesma sessão, fiquei lá por mais de 12 anos. Faltando dois anos para me aposentar fui trabalhar numa inspetoria, no prédio novo. Depois fiz algum serviço na presidência. Quando eu me aposentei o Tribunal já tinha dentista. Esses cargos foram criados mais ou menos em 70, na gestão do Nacim Bacilla Neto. As promoções dentro do TC eram por merecimento e antigüidade, através de levantamento orientado pelo diretor. Como eu trabalhava lá, fazia esses levantamentos e preparava uma relação nominal apontando o funcionário que estava na vez de ser promovido. O preenchimento da vaga era como rezava o estatuto. Dentro da carreira era uma por merecimento e uma por antigüidade. O presidente João Félix fez uma série de promoções e foi quando eu fui promovida. Eu merecia meu último nível. Quando a gente foi para o prédio novo nos acomodávamos bem porque na parte de cima ficavam os gabinetes, cada conselheiro tinha um. Embaixo eram as diretorias, o

almoxarifado que era junto com a diretoria de pessoal e a tesouraria. O expediente era único, das 12h às 18h. Os dois turnos começaram com o regime de tempo integral. Até então existia hora extra.

Depois que o TC cresceu e foram criando as inspetorias, eu não fiquei muito tempo. Eu já tinha atingido o meu tempo limite e como eu não fiz faculdade não tive chance de pegar um cargo de nível superior. Então quando chegou no último nível da carreira que é o máximo que eu podia atingir tive que me aposentar, com 34 anos de serviço. Me aposentei em 81.

Eu era considerada meio caxias, porque não faltava ao serviço. Há vários departamentos do TC nos quais eu gostaria de ter trabalhado. Eu gostava de lidar com leis, tinha um arquivo com todas as leis em dia quando trabalhava na sessão de pessoal. Tudo que tratava do assunto eu trazia rigorosamente em dia. O Diário Oficial, da Justiça, tudo referente a funcionário do TC, notificações, leis, artigos da constituição do Estado. Na época não tinha assessoria de imprensa, fazia muita falta. Por isso eu procurava manter o funcionário atualizado.

Lembro do primeiro funcionário do TC que se chamava Serzedelo, não lembro seu sobrenome e o outro era servente e morava embaixo do TC e tomava conta do prédio, o Sebastião Almeida, um dos mais antigos. Também tinha o Miguel, motorista, a Minita - Filomena, que veio do departamento das municipalidades, que ia ser extinto. A Minita e mais uns 10 funcionários foram aproveitados no TC.

Meu serviço sempre foi perfeito e isto eu devo a ele - Daniel Borges dos Reis. Os três poderes que se destacavam mais eram o TC, a Assembléia e o TJ e eram os funcionários mais bem pagos porque tinham o quadro diferenciado. O salário do TC era equiparado ao da Assembléia e do TJ. Esses três poderes ganhavam melhor. Naquela época os conselheiros tinham seus vencimentos equiparados com desembargadores, não sei se é assim até hoje.

O TC tem grande importância para a administração pública porque é um órgão fiscalizador. Hoje, além de fiscalizar, ele orienta, faz cursos e palestras para prefeituras e câmaras. O TC tem uma função bem ampla. Eu tenho boas lembranças do Tribunal e um bom aprendizado, pois os 34 anos que passei lá dentro são uma vida. As amizades que a gente faz dentro dos setores em que trabalha, tudo é uma experiência de vida. O convívio com tanta gente que nos ensina coisas é muito importante. O Darcy Karim Alves cresceu lá dentro. Foi ele quem organizou a DRH - Diretoria de Recursos Humanos. Foi gratificante conviver com colegas como ele e o Collita, que fizeram uma bela carreira."

Entrevista concedida a Rebel Athayde Fontana, dentro do Programa de Preservação da Memória do Tribunal de Contas do Paraná.